

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Prefácio	XIII
Introdução	1

Capítulo I

O Direito Administrativo Tradicional e as Novas Fronteiras Traçadas pela Normativa Constitucional

1.1. A Formação do Direito Administrativo. O Estado Liberal	5
1.2. O Positivismo Jurídico	7
1.3. Os Princípios Gerais do Direito Administrativo. A Supremacia do Interesse Público e a Vinculação Positiva do Administrador à Lei (Princípio da Legalidade)	12
1.4. As Crises do Capitalismo e as Críticas ao Estado Liberal e ao Positivismo	14
1.4.1. O Constitucionalismo do pós-guerra	16
1.4.2. O pós-positivismo	23
1.4.3. A teoria da argumentação jurídica	28
1.5. A Releitura dos Princípios da Supremacia do Interesse Público em Relação ao Particular e o Princípio da Estrita Legalidade	33

Capítulo II

A Propriedade Constitucional

2.1. A Propriedade como Direito Subjetivo e como Relação Jurídica Complexa.	37
2.2. A Propriedade e as Propriedades	46
2.3. A Propriedade Pública	49
2.3.1. A classificação dos bens públicos	51
2.3.2. As principais características dos bens públicos	52
2.3.3. Os instrumentos jurídicos para utilização dos bens públicos pelos particulares	53
2.3.4. A função social da propriedade pública. A teoria dos bens proposta por Pietro Perlingieri	56

Capítulo III

O Estudo Dogmático da Posse

3.1. A Problemática da Conceituação de Posse.	59
3.2. A Evolução do Conceito de Posse no Direito Romano	60
3.3. A Posse no Antigo Direito Germânico. A <i>Gewere</i>	64
3.4. A Posse no Direito Canônico	65
3.5. A Teoria Subjetiva de Savigny	66



3.6. A Teoria Objetiva Proposta por Rudolf von Ihering	70
3.7. A Concepção de Posse Formulada por Saleilles	74
3.8. A Teoria Social da Posse Proposta por Perozzi	76
3.9. Novas Diretrizes em Relação à Conceituação da Posse	77
3.9.1. A proposta de Hernández Gil da posse como instituição jurídica e social	78
3.9.2. A tese de Fernando Luso Soares por uma autonomia da posse frente à propriedade: a posse como valor de uso dos bens.	81
3.9.3. A posse na codificação comparada. O Código de Napoleão, o BGB, o Código italiano, o Código espanhol e o Código português.	83
3.9.4. A posse no sistema jurídico brasileiro	85
3.9.4.1. O conceito de posse.	85
3.9.4.2. A dignidade da pessoa humana como fundamento específico da tutela possessória.	91

Capítulo IV

A Posse não é Instituto somente do Comércio Jurídico Privado

4.1. O Objeto da Posse	95
4.1.1. A posse dos direitos pessoais	95
4.2. A Questão da Posse dos Bens Incorpóreos	98
4.3. A Posse dos Bens Públicos.	100
4.3.1. A posição da matéria na codificação comparada	100
4.3.2. A posse dos bens públicos no ordenamento jurídico brasileiro	105
4.3.2.1. A tese da insuscetibilidade da caracterização da posse	105
4.3.2.2. A autonomia entre a posse e o domínio. A perda da posse (o artigo 520, III, do Código Civil de 1916) e a vedação da prescrição aquisitiva dos bens públicos. . .	109
4.3.2.3. A legislação especial em matéria de posse de bens públicos.	115
4.3.2.4. A concessão de uso para fins de moradia. A regulamentação da função social da propriedade pública.	118

Capítulo V

A Disciplina dos Efeitos Possessórios em Relação aos Bens Públicos

5.1. A Aquisição dos Frutos	132
5.2. A Indenização pelas Benfeitorias.	135
5.3. A Proteção Possessória por meio dos Interditos	135
Conclusão – Considerações Finais	143
Bibliografia	145